

A pesar de sua posição, já conhecida na defesa da preservação do papel das Forças Armadas na nova Constituição, mantendo a destinação prevista na atual Carta Magna do País, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, respeitará as decisões emanadas da Assembleia Nacional Constituinte alterando a atribuição da missão dos militares desde que a medida seja tomada por constituintes "legítimos representantes do povo e elaborada de forma livre e soberana", conforme palavras textuais dirigidas em mensagem interna aos efetivos militares da ativa e de reserva.

Segundo o ministro Leônidas Pires, que durante os últimos seis meses visitou as principais unidades de tropa e de serviço do Exército em todo o território nacional, levando sua posição aos cerca de 200 mil homens, "uma Constituição deve basear-se nos valores e princípios tradicionalmente aceitos pela Nação, à luz de suas condi-

Leônidas promete acatar decisões



Leônidas: destinação deve ser mantida

ções históricas particulares, e com vistas à projeção de sua futura grandeza, abstendo-se de preconceitos episódicos".

Leônidas propugna pelo zelo à segurança do País, afirmando que "sendo a democracia o regime político que em essência assegura os direitos fundamentais do homem, é seu dever garantir a segurança do cidadão e a do grupo nacional", e, para isso, mostra que as Forças Armadas, ao longo da história do regime republicano, tem executado o papel de guardião da Pátria, defendendo-a do inimigo externo e garantindo os poderes constitucionais, a lei e a ordem. A defesa interna, destaca, passa a ser executada pelas Forças Armadas, a partir do momento em que os outros recursos legais sejam esgotados. E lembra que os militares das forças de terra, mar e ar sempre honraram as tradições, cumprindo fielmente o seu dever. "Nós militares, nunca fomos intrusos na história do Brasil" acrescenta.